



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

---

**CLIPPING**  
15, 16 e 17  
de julho de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 15/06/07 / 2017	Página 02		

# MP intensifica campanha de combate à corrupção

Em visita a **O Estado**, o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, mostrou números da campanha, que atinge também a sonegação fiscal e abrange os 217 municípios maranhenses

CARLA LIMA  
Subeditora de Política

O Ministério Público estadual (MP) mantém a campanha contra corrupção e sonegação fiscal. Em visita à Redação de **O Estado**, o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, mostrou resultados dos primeiros meses desse projeto do MP que disputa prêmios nacionais pela iniciativa.

A primeira ação de combate à corrupção foi a campanha "A cidade não pode parar". A ação foi para evitar que prefeitos eleitos em 2016 assumissem as prefeituras sem que fosse feita a transição. Para garantir resultados positivos, promotores foram orientados a encaminhar recomendações aos gestores que deixariam o cargo informando da necessidade de ser feita a transição.

Além disso, o Ministério Público conseguiu que fosse aprovada uma emenda à constituição tornando obrigatória a transição. Com a atuação dos promotores, 63 projetos de lei foram encaminhados nas Câmaras Municipais para que a transição se tornasse lei. E em: esses projetos, 22 já se tornaram lei.

Após ação preventiva, o MP atuou para punir os gestores que não fizeram o processo de transição. Foram 41 processos administrativos instaurados e 21 ações civis públicas impetradas na Justiça.



Luiz Gonzaga Coelho esteve na Redação de **O Estado**, onde apresentou o Prêmio MP de Jornalismo

Também foram feitas 47 ações judiciais para bloqueio de verba. Segundo o procurador-geral, o Tribunal de Contas da União (TCU) atendeu solicitação do MP e bloqueou mais de R\$ 27 milhões de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que seriam depositados em 30 de dezembro do ano passado.

"Destá forma, conseguimos evitar que o gestor que estava deixando o mandato pudesse usar a verba e prejudicar o funcionamento do mu-

## MP emitiu 80 recomendações aos prefeitos

nicipio para o gestor que iria assumir em janeiro", disse Luiz Gonzaga.

### Educação

Outra área de atuação do MP no combate à corrupção foi na aplicação correta do Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), acionando gestores. Foram 10 ações que resultaram no cancelamento de licitações irregulares, quatro ações civis públicas e ainda 46 procedimentos administrativos.

O MP atua ainda na aplicação da Lei da Transparência que prevê a criação de um portal para que as informações sobre receitas e despesas da gestão pública seja explicitado para o cidadão.

De acordo com dados apresenta-

"Conseguimos evitar que o gestor que estava deixando o mandato pudesse usar a verba e prejudicar o funcionamento do município para o gestor que iria assumir em janeiro"

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO,  
procurador-geral de Justiça

dos por Luiz Gonzaga Coelho, o MP emitiu 80 recomendações para que os prefeitos colocassem o Portal da Transparência, sete ações de improbidades foram impetradas na Justiça e 13 procedimentos administrativos foram abertos. Nessa área, foram ainda abertos 9 inquéritos civis e quatro obrigações de fazer.

"São ações que criamos para garantir que os recursos públicos sejam aplicados de forma correta para o bem social. Trabalhamos para responsabilização de gestores improbos, repatriação de recursos desviados do erário e ainda exigimos o cumprimento dos princípios constitucionais da Administração Pública", afirmou o procurador-geral.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado Maior</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <i>15/06/07</i> / 07 / 2017	Página <i>03</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input checked="" type="checkbox"/> Negativa	

### Crítica

O juiz Clésio Muniz, em decisão recente, criticou pedido feito pelo Ministério Público Estadual para que o sigilo bancário da desembargadora Nelma Sarney fosse quebrado.

A crítica se deu porque o MP fez o pedido contra Nelma, vítima no processo, e esqueceu (ou simplesmente não quis) de pedir a quebra de sigilo bancário do réu.

O magistrado disse que tal pedido parece uma reedição o AI-5, momento político no país em que direitos constitucionais eram retirados do cidadão pela vontade do detentor do poder.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <b>Dr. PÊTA</b>
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <b>16 / 07 / 2017</b>	Página <b>1</b>	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Olha só que situação perturbadora...  
e 'nas barbas' do quartel!!! Um soldado

do Batalhão de Policiamento Ambiental, com menos de dois anos de carreira, está com seu nome envolvido em um episódio de agressão, tortura e extorsão!!! A vítima???! Simplesmente, sua noiva, que, após descobrir suas intenções de aplicar-lhe um golpe, viu-se correndo até perigo de vida!!! O caso chegou a uma situação tão crítica, que a jovem não teve outra alternativa, depois dos espancamentos e ameaças de morte constantes, inclusive com arma na cabeça e faca no pescoço, a entrar com uma queixa-crime contra o noivo militar!!! Está tudo registrado!!! O caso ganhou repercussão dentro do Comando Geral, que até o momento não se manifestou..., e o processo já está nas mãos do Ministério Público, à espera de uma definição!!! O certo, meu amigo, é que o soldado, ainda em estado probatório, que já não desfrutava de boa reputação na corporação, agora, com a 'pecha' de agressor de mulheres a ser estampada em sua testa, dificilmente terá carreira longa!!! Pelo menos é o que a vítima e agora a sociedade esperam!!! Afetada, a moça tenta seguir a vida em sessões diárias de tratamento..., tanto físico quanto psicológico!!!

Essa aqui é boa!!! Quando um dos prefeitos de município da 'Grande Ilha' assumiu o cargo, em janeiro, pegou todo o secretariado e levou ao Ministério Público, para apresentar aos promotores da Comarca local!!! Depois que todos elogiaram a iniciativa do alcaide, uma promotora integrante do parquet 'mandou bala': "Ainda bem que vocês vieram, porque eu quero olhar bem no olho de cada um, pois na hora de cobrar vou saber exatamente de quem estarei cobrando"!!! É a 'fraca'!!! Pois é..., a promotora também teve um papel importante e fundamental como coordenadora da transição!!! Em função disso, em determinadas situações, até para tirar dúvidas, o prefeito andou fazendo contato telefônico com a integrante do MPE, que, depois de algumas ligações, mostrou-se preocupada, mantendo com o prefeito um diálogo mais ou menos assim: "Não fique me ligando toda hora!! Eu sou fiscalizada pelo Ministério Público..., não posso perder meu emprego..., nem meu marido"!!! Realmente, prefeito...!!! Dr. Pêta não está afirmando é o caso, mas tem 'cara-metade' que vê 'fantasma', hahahahahahahahaha!!!



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros ESTADO	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	16 / 07 / 2017	Página	6
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Promoção pessoal de ex-prefeita motiva ação do Ministério Público

A ex-prefeita de Mata Roma, Carmem Silva Lira Neto, é alvo de uma Ação Civil Pública (ACP) por ato de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), em 29 de junho, em função de uma matéria jornalística divulgada, em abril de 2015, em um jornal local de São Luís, que fez promoção pessoal da ex-gestora. A publicação do texto foi paga com R\$ 2 mil dos cofres do Município.

A ação foi formulada pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça de Chapadinha, Douglas Assunção Nojosa. Mata Roma é termo judiciário da comarca.

## PROMOÇÃO PESSOAL

O MPMA verificou que o texto, intitulado "Trabalho da prefeita Carmem Neto em Mata Roma ganha prêmio na área da Saúde", continha vários elogios à pessoa da ex-gestora municipal, a quem foram atribuídos diversos avanços conquistados pela cidade.

Apesar de Carmen Lira Neto alegar que o texto não havia sido custeado pelos cofres públicos, foi apurado que os representantes da Prefeitura de Mata Roma foram os

responsáveis pela elaboração e pelo envio da matéria ao jornal.

"A ex-prefeita realizou promoção pessoal à custa do erário público, violando o artigo 37 da Constituição Federal e desconsiderando todos os princípios da moralidade, da impessoalidade e da finalidade da Administração Pública", explica o promotor de justiça.

Para ele, os recursos públicos gastos com a publicação do texto poderiam ter sido mais bem empregados em outras necessidades municipais.

"A requerida fez da matéria sua propaganda pessoal e política, para se promover à custa do erário público, recursos estes que poderiam e deveriam ter sido investidos em bens que realmente pudessem beneficiar a coletividade e não o ego de indivíduos que devem cumprir seu dever", acrescenta o representante do Ministério Público.

## PEDIDOS

Na Ação, o MPMA pede a condenação da ex-gestora a penas como ressarcimento

integral do dano, perda eventual da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até 100 vezes o valor da remuneração recebida à época dos fatos. Outra penalidade solicitada é a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, mesmo por meio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



A ex-prefeita Carmem Silva Lira Neto teria feito promoção pessoal em jornal de São Luís

Divulgação



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	<i>15 / 07 / 2017</i>	Página	<i>01</i>
		<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	



ENTREVISTA//JOSÉ AUGUSTO CUTRIM - PROMOTOR DO CASO ELÍSIO

**Nos próximos dias, há possibilidades de acontecer o julgamento** VIDA



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	15 / 07 / 2017	Página	01
		<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

**Entrevista // José Augusto Cutrim Gome - promotor**

# Novidades do "Caso Elísio"

Defesa de Roberto Elísio, agressor da mãe de 84 anos, se apresentou nesta semana à justiça. Elísio passará por exames de sanidade mental.

ELÍCIO AGUIAR

O caso de Roberto Elísio Goutinho de Freitas, 42 anos, que agrediu e propinou ao seu filho o menino Martins, de 34 anos, poderá ser concluído nos próximos meses. O crime foi descoberto após a divulgação dos vídeos de manifestações nas redes sociais. No mesmo dia da divulgação dos vídeos, Elísio foi preso e em seguida para a cadeia. O Imparcial realizou uma entrevista exclusiva com o Promotor do Idoso José Augusto Cutrim Gomes para esclarecer alguns pontos do caso que chocou a população. Acompanhe a entrevista completa com o promotor e relembre os fatos da agressão através do nosso QR-CODE. Disponível para qualquer sistema operacional.

O Imparcial entrou em contato com Advogado de Elísio, Antonio Ferreira. Porém, ele se recusou a dar entrevista e preferiu se resguardar ao momento. Segundo ele, a pedido dos familiares o de Elísio ele não tem autorização para dar qualquer informação. Depois do julgamento, não pode entrar em contato comigo, mas se agora preferir me resguardar, disse.

Mãe de Elísio está sobre a guarda de quem?

Do seu neto, filho de Roberto Elísio. Desde o ocorrido, o maior se tornou responsável legal, ela mesma atende todas as necessidades dela. Atualmente, a senhora Josélia Goutinho está recebendo todos os cuidados médicos, uma vez que, além da vítima da agressão, é portadora de Alzheimer.

Como anda o processo de Elísio?

Assim que foi tomada a ciência do caso e prisão do mesmo, nos oferecemos a denúncia contra o agressor por maus-tratos, por formar posse do dinheiro, a coisa e também pela prática de tortura, que segue na 1ª Vara Criminal. A defesa se manifestou essa semana apresentando algumas extenuantes de Elísio. Agora, o réu passará por exames de sanidade mental. Após o resultado dos exames, será marcado o julgamento. Nos próximos dias o caso será resolvido.

Roberto se encontra em cela individual ou comunitária?

Ele está agora permanecendo em uma cela individual, sistema penitenciário regional, em razão do perigo que ele corre, uma vez ter feito de vítima a própria mãe. Elísio também é Bacharel em Direito.

Há confirmação de que ele fazia empréstimos na conta da mãe?

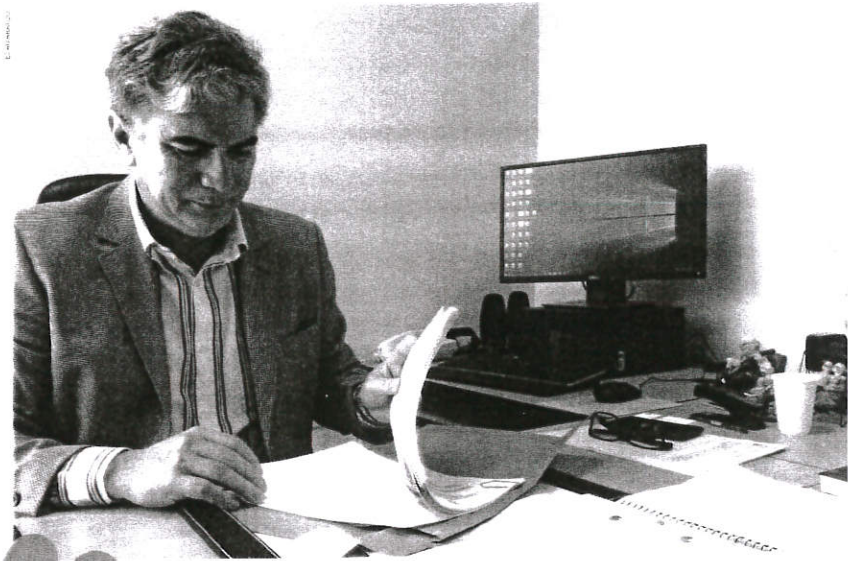
Sim! A conta da senhora está negativada. Depois do estado de saúde fragilizada, se sua mãe e do fato de ser filho único, deixou de trabalhar e passou a apropriar-se dos benefícios salariais da avó, tendo-lhes aplicação direta no banco, deixando os cuidados da filha. Na conta da vítima consta um saldo negativo de R\$ 11.397,30, nome de junho de 2016, do ano de 2017, o saldo negativou para R\$ 21.724,42, tudo em decorrência dos empréstimos realizados.

Há possibilidade de Roberto Elísio ser solto?

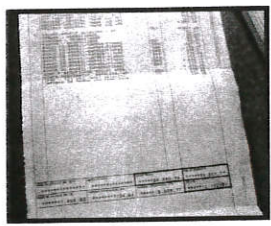
Sempre há. Porém, no juízo de primeiro grau, ele vai continuar preso. So estamos dependendo da defesa. Nos próximos dias há possibilidade de reanudar o julgamento do caso. Mas, pedimos que a população continue no nosso trabalho que estamos batallhando por todos os casos.

O caso de Elísio é algo incomum na capital maranhense?

O caso de Roberto é mais um de muitos. Diariamente, abenhamos muitos casos na capital, maranhenses, em um país que existem mais de 1000 casos de maus-tratos em um dia, seja de que natureza, físico, sexual ou outros. Continuamos indo, trazendo soluções para esses casos.



Na conta da vítima consta um saldo negativo de R\$ 11.397,30, no mês de junho de 2016. Já no ano de 2017, o saldo negativou para R\$ 21.724,42, tudo em decorrência dos empréstimos realizados.



José Augusto Cutrim Gomes, Promotor do Idoso

Elísio usava todo o dinheiro da sua mãe para uso pessoal

**Confira**

Finalize sua leitura aqui



**ENTENDA O CASO ELÍCIO**

Na noite de quarta-feira (12), o promotor do Idoso, José Augusto Cutrim Gomes, informou que o caso de Roberto Elísio Goutinho de Freitas, 42 anos, que agrediu e propinou ao seu filho o menino Martins, de 34 anos, poderá ser concluído nos próximos meses. O crime foi descoberto após a divulgação dos vídeos de manifestações nas redes sociais. No mesmo dia da divulgação dos vídeos, Elísio foi preso e em seguida para a cadeia. O Imparcial realizou uma entrevista exclusiva com o Promotor do Idoso José Augusto Cutrim Gomes para esclarecer alguns pontos do caso que chocou a população. Acompanhe a entrevista completa com o promotor e relembre os fatos da agressão através do nosso QR-CODE. Disponível para qualquer sistema operacional.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input checked="" type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	15 / 07 / 2017	Página	05

# Justiça diz não para quebra de sigilo

Ministério Público do Maranhão fez solicitação para investigar inquérito policial sobre o "Caso Bradesco", onde a desembargadora Nelma Sarney é vítima

PAULO DE TARSO JR.

O juiz Clésio Coelho Cunha, da 3ª Vara Criminal, indeferiu o pedido de quebra de sigilo bancário da desembargadora Nelma Sarney feito pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), encartado no Inquérito Policial nº 03/2016-1º DECCOR/SECCOR. Apesar da alegação do MPMA sobre a necessidade da quebra do sigilo da desembargadora, a solicitação feita surpreendeu o próprio magistrado tendo em vista que, no inquérito em questão, Nelma Sarney é a vítima.

Na decisão, o juiz Clésio Coelho Cunha entende não haver a necessidade da quebra do sigilo bancário da desembargadora Nelma Sarney, que, segundo o próprio MPMA, tem tido uma "atitude colaborativa na apuração do delito da gerente do Banco. A solicitação, no entendimento do magistrado, deveria ser referente à conta da ex-gerente do banco.

"Chama a atenção o fato do órgão ministerial pedir a quebra de sigilo bancário da vítima e não da investigada. Ademais, o crime investigado é o de furto, que tem como objetividade jurídica o patrimônio, o que torna completamente desproporcional a medida requerida, na medida em que tomaria de vassado o próprio patrimônio da vítima, o que justamente se buscou preservar no tipo penal de furto", afirma o juiz.

Para fundamentar seus argumentos, Clésio Coelho Cunha se baseia no depoimento da ex-gerente, que "afirmou que fazia empréstimos com terceiros e em razão do montante de sua dívida, acabava fazendo um empréstimo para pagar outro empréstimo e acabou em uma bola de neve".

O juiz ainda comparou o



MPMA pediu quebra de sigilo da desembargadora Nelma Sarney



Chama a atenção o fato do órgão ministerial pedir a quebra de sigilo bancário da vítima e não da investigada. Ademais, o crime investigado é o de furto, que tem como objetividade jurídica o patrimônio, o que torna completamente desproporcional a medida requerida

Clésio Coelho Cunha, juiz da 3ª Vara Criminal

pedido da quebra de sigilo da desembargadora ao período da ditadura no país. "Deve-se respeito ao Estado de Direito Democrático, sob pena de voltar-se ao período obscuro do AI-5, quando se desrespeitavam direitos e garantias individuais ao simples alvedrio dos detentores de poder. Essa razão dos anos 60

que parece ter contaminado no momento o processo no Brasil desde 2014 com o advento do uso do processo penal e direito penal com o fim único de punir indivíduos específicos, ao invés de se fazer os dois como protetores de direitos, como limitadores a atuação do Estado", ressaltou.

## O caso

Em 2013, descoberto possível esquema de estelionato e apropriação indébita de recursos da Câmara Municipal. A prática de usar o dinheiro de clientes para empréstimos a terceiros não deu certo após a ex-gerente receber alguns calotes. Foi então que ela teve dificuldades de honrar os compromissos e o esquema foi descoberto.

Em abril deste ano, o próprio juiz Clésio Coelho Cunha, à época respondendo pela 7ª Vara Criminal de São Luís, chegou a indeferir pedido do Ministério Público para continuar as investigações do "Caso Bradesco". No inquérito, instaurado em janeiro de 2014, apurava-se a possibilidade de crimes cometidos pelo atual e pelo ex-presidente da Câmara Municipal de São Luís, respectivamente Astro de Ogum (PR) e Isaías Pereirinha (PSL), a partir da identificação de movimentações financeiras atípicas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), do Ministério da Fazenda.

Os dois vereadores eram investigados por prática de peculato e por formação de quadrilha, mas nunca foram sequer indiciados. Isso motivou Clésio Cunha a encerrar o inquérito contra Astro de Ogum (PR) e Isaías Pereirinha (PSL).





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Bastidores</i>
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>15 / 07 / 2017</i>	Página <i>05</i>	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

## Limpendo caminho de 2018 (1)

Pulando a fogueira aqui e acolá, Roseana Sarney vai deixando para trás os obstáculos na área jurídica que possam impedi-la de disputar o governo do Maranhão, no próximo ano. A última “fogueira” que ela saltou foi a sua absolvição da denúncia, formulada pelo Ministério Público, no chamado “Caso Constran”. O juiz Clésio Cunha arquivou o processo.

## Limpendo caminho de 2018 (2)

A denúncia contra Roseana foi aditivada no processo de mais 10 acusados, pelo suposto recebimento de R\$ 3 milhões do doleiro Alberto Yousef, e incluiu também a ex-procuradora-geral do Estado, Helena Maria Haickel, num acordo de pagamento de R\$ 113 milhões ao Consórcio UTC/Constran. Haickel também foi inocentada.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <b>ATOS E FATOS</b>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <b>15/07/2017</b>	Página <b>2</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

### Desce

A ex-prefeita de Mata Roma Carmem Silva Lira Neto é alvo de uma Ação Civil Pública (ACP) por ato de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA). O processo se baseia uma matéria jornalística, divulgada em abril de 2015, que fez promoção pessoal da ex-gestora. A publicação do texto foi paga com R\$ 2 mil dos cofres do Município.

### Promoção pessoal

A ex-prefeita de Mata Roma Carmem Silva Lira Neto (PMDB) é alvo de uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, ajuizada pelo MPMA em 29 de junho, em função de uma matéria jornalística divulgada, em abril de 2015, em um jornal de São Luís. A publicação, que fez promoção pessoal da ex-gestora, foi paga com R\$ 2 mil dos cofres do Município.



VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia  <input type="checkbox"/> Outros
DATA 17 / 07 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Entidades emitem notas sobre pedido de quebra de sigilo de magistrada

Pedido de quebra de sigilo bancário de Nelma Sarney, vítima em processo, foi negado pelo juiz Clésio Cunha, que fez críticas a solicitação feita por promotora

CARLA LIMA  
Subeditora de Política

O caso que envolve a desembargadora Nelma Sarney e um pedido do Ministério Público Estadual (MP) de quebra de sigilo bancário da magistrada mesmo ela sendo a vítima no processo repercutiu entre entidades e o órgão ministerial. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação do Ministério Público do Maranhão (Ampem), da Procuradoria Geral de Justiça e do juiz Clésio Cunha se manifestaram publicamente durante o fim de semana sobre o assunto.

O juiz Clésio Muniz negou, na semana passada, pedido do MP feito pela promotora Lize de Maria Brandão Costa, da 6ª Promotoria Justiça Criminal - para quebrar o sigilo bancário da desembargadora Nelma Sarney, que processa uma instituição bancária, cuja gerente usou dinheiro da conta da magistrada sem o consentimento dela.

Na decisão, Cunha critica o pedido do MP afirmando ser estranho o órgão ministerial pedir a quebra de sigilo da vítima e não da investigada. "Chama a atenção o fato do órgão ministerial pedir a quebra de sigilo bancário da vítima e não da investigada. Ademais, o crime investigado é o de furto, que tem como objetividade jurídica o patrimônio, o que torna completamente desproporcional a medida requerida, na medida em que tornaria devasado o próprio patrimônio da vítima, o que justamente se buscou preservar no tipo penal de furto", diz o magistrado.

Além disso, Clésio Cunha diz que o pedido pode ter sido influenciado pelo momento atual do Brasil, em que processo penal e direito penal tem sido usados para "punir indivíduos específicos". "Deve-se respeito ao Estado de Direito Democrático, sob pena de voltar-se ao período obscuro do AI-5, quando se desrespeitavam direitos e garantias individuais ao simples alvêrio dos detentores de poder", disse Cunha em sua decisão.

A decisão e as críticas contidas nela feita por Clésio Cunha fez com que o MP e a Ampem emitissem notas. O MP critica a di-



Nelma Sarney é vítima no processo, mas mesmo assim promotora pediu quebra de sigilo; juiz Clésio Cunha negou

culgação da ação já que esta corre em segredo de justiça e pede que o vazamento da decisão seja apurado dentro do Poder Judiciário.

## MP

Na nota assinada pelo procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, há ainda menção de que no MP há punição para exceções que possam ser cometidas. "A independência funcional dos membros do Ministério Público pauta-se pelos critérios da legalidade e impessoalidade, sendo que eventuais excessos não fogem do controle disciplinar constitucionalmente determinados", trecho da nota.

A Ampem saiu em defesa da promotora Lizi Maria Brandão repudiando as declarações do juiz Clésio Cunha em sua decisão. Em nota oficial, a associação diz que

Divulgação

Clésio Coelho Cunha II

Reprodução

A AJPTEM - Associação dos Promotores do Maranhão, está com as susceptibilidades à flor da pele. Este processo está sob sigilo de justiça, mas a decisão vazou para a imprensa, portanto não se pode queimar algo que já está quebrado, sendo assim publico trecho do despacho que já foi publicado pela imprensa, que nada fala sobre a atuação profissional da Promotora. Escrevi uma opinião minha e uma verdade que grassa sobre Processo Penal no Brasil no momento atual, em que se usa este e o Direito Penal para perseguição a indivíduos específicos, ao invés de se usar esses dois como elementos de repressão da ação arbitrária do Estado, que já pode quase tudo contra o cidadão. Portanto, entendo, desnecessária e inócua quanto a mim, a bisnha nota da Associação dos Promotores do Maranhão, que tenta respassar o meu direito constitucional de expressar opinião. Repito, que nada tem a ver com a atuação profissional da promotora de justiça, que não foi referida por mim em nenhum trecho da decisão. Trecho da decisão: "Deve-se respeito ao Estado de Direito Democrático, sob pena de voltar-se ao período obscuro do AI-5, quando se desrespeitavam direitos e garantias individuais ao simples alvêrio dos detentores de poder". Essa razão dos anos 60 que parece ter contaminado no momento o processo no Brasil desde 2014 com o alívio do uso do processo penal e do direito penal com o fim único de punir indivíduos específicos, ao invés de se fazer os dois como protectores de direitos, como limitadores à atuação do Estado, como anotado acima, que pode quase tudo em face do indivíduo. Sempre e devido respeito ao Estado de Direito e ao devido processo legal, com suas garantias inerentes."

a promotora agiu movida por convencimento próprio e não por influência de "circunstâncias políticas ou sociais".

## Ampem repudiou decisão do juiz Clésio Cunha

## Magistrado disse que nota da Ampem é inócua

"A atuação do Ministério Público, notadamente no caso em questão, não se deu de maneira açodada ou influenciada por circunstâncias políticas ou sociais, mas sim no convencimento mo-

tivado da promotora de Justiça, que preservando sua independência funcional, entendeu pela necessidade de quebra de sigilo bancário para esclarecimento dos fatos investigados, expondo fundamentadamente as razões jurídicas de seu entendimento", diz a nota da entidade de classe.

O juiz Clésio Cunha usou as redes sociais para responder a Ampem classificando a manifestação da entidade de classe de inócua e bisnha. O magistrado alega ainda que não fez referência a promotora Lizi Maria.

"Portanto, entendo desnecessária e inócua quanto a mim, a bisnha nota da Associação dos Promotores do Maranhão, que tenta respassar o meu direito constitucional de expressar opinião", disse o juiz.

## OAB também se manifesta sobre pedido do MP

A seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) emitiu no sábado, 14, uma nota oficial por meio da qual condena a tentativa do Ministério Público de promover a quebra do sigilo bancário da desembargadora Nelma Sarney.

Para a OAB, o MP tentou, no caso, promover um "aparente espetáculo" que hoje atingiria auto-ridades, mas que pode, no futuro,

tornar-se "um instrumento de violação de intimidade e vida privada de qualquer cidadão, ignorando preceitos básicos da Carta Magna".

"Repudia-se a tentativa de quebra do sigilo bancário da vítima (desembargadora Nelma Sarney) e não da investigada no processo. Ademais, o crime denunciado tem natureza patrimonial, o que torna ainda mais desproporcional a medida requerida, ao passo que tor-

naria devasado o patrimônio da própria vítima", diz a nota.

Na nota, a OAB diz ainda que é necessário que as instituições caminhem junto com o que diz a Constituição Federal. "É preciso que instituições do Sistema de Justiça caminhem à luz da Constituição da República e das leis processuais, ressaltando que não se pode desvirtuar o sistema, a legislação vigente, numa tentativa de se aproveitar de eventuais falhas procedimentais, confundindo vítimas de delitos com investigados ou denunciados", diz trecho da nota. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	17 / 07 / 2017	Página	3
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Vice-prefeito é alvo de Denúncia do MPMA por desvios de recursos

Em 4 de julho, o Ministério Público do Maranhão ofereceu Denúncia contra o vice-prefeito do município de São João do Caru, Antonio da Silva Pereira, devido a diversos desvios de recursos públicos. A manifestação ministerial foi formulada pelo promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira, da Comarca de Bom Jardim, da qual São João do Caru é termo judiciário.

Consta na Ação Penal que o vice-prefeito assumiu temporariamente a administração municipal, no período de 27 de outubro a 11 de novembro de 2016, quando o prefeito foi afastado. Nos 16 dias em que assumiu o cargo de chefe do Executivo Municipal, Antonio da Silva Pereira realizou seis transferências bancárias irregulares, beneficiando a si mesmo, terceiros e empresas, que envolveram

o valor de R\$ 114.850,00.

Duas transferências foram referentes a contratações sem licitação, nas quais foram repassados os montantes de R\$ 40 mil para a empresa Moraes Consultoria e R\$ 70 mil, para a B.A. Construção.

Ao ser reconduzido ao cargo e tomar conhecimento das irregularidades, o prefeito comunicou ao MPMA os atos do vice-prefeito Antonio da Silva Pereira. Apesar de ter sido convocado pela Promotoria de Justiça da Comarca de Bom Jardim, o vice-prefeito nunca compareceu para prestar esclarecimentos sobre os atos.

O MPMA pediu a condenação do gestor de acordo com o artigo 312 do Código Penal, artigo 89 da Lei 8.666/93 e artigo 1º do Decreto-Lei 201/67, cujas sanções somadas podem resultar em pena de prisão de 5 a 17 anos.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	07 / 2017	Página	8
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

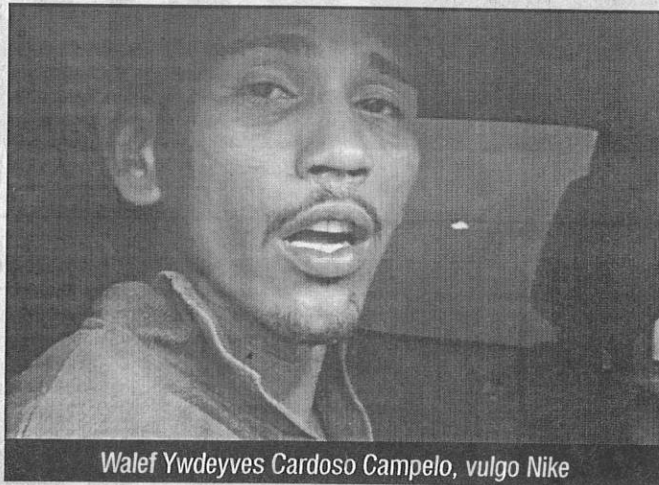
## OLHA O NOME DA FIGURA: WALEF YWDEYVES

# Polícia prende um dos principais líderes do Bonde dos 40 em São Luís

A Polícia Civil, por meio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), prendeu na manhã de sábado uma das principais lideranças da facção criminosa Bonde dos 40, em São Luís.

O bandido, com o nome que nem o cão consegue pronunciar; Walef Ywdeyves, de 23 anos, foi preso suspeito de ser um dos principais líderes da facção criminosa no bairro João de Deus.

Ainda de acordo com as investigações, Walef possui três mandados de prisão preventiva em aberto, pela prática dos crimes de homicídio,



Walef Ywdeyves Cardoso Campelo, vulgo Nike

tráfico de drogas e roubo. Ele também é investigado por

usar identidade falsa.

A prisão foi feita na casa

de Walef, localizada na Vila Soco, no João de Deus. Foram apreendidos com ele 100 porções de maconha, 160 porções pequenas e 2 grandes de crack, 20 porções de cocaína e uma balança digital de precisão.

A prisão foi possível após o trabalho de dois meses de investigações realizadas pelo departamento de combate ao crime organizado da Seic.

Após as formalidades legais, Walef foi encaminhado ao sistema penitenciário estadual (Complexo de Pedrinhas) onde permanecerá à disposição do Poder Judiciário.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	<i>social</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	<i>16</i> / 07 / 2017	Página	<i>8</i>
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Engenheiros elogiam decisão de Flávio Dino de cancelar licitações que excluía pequenas empresas

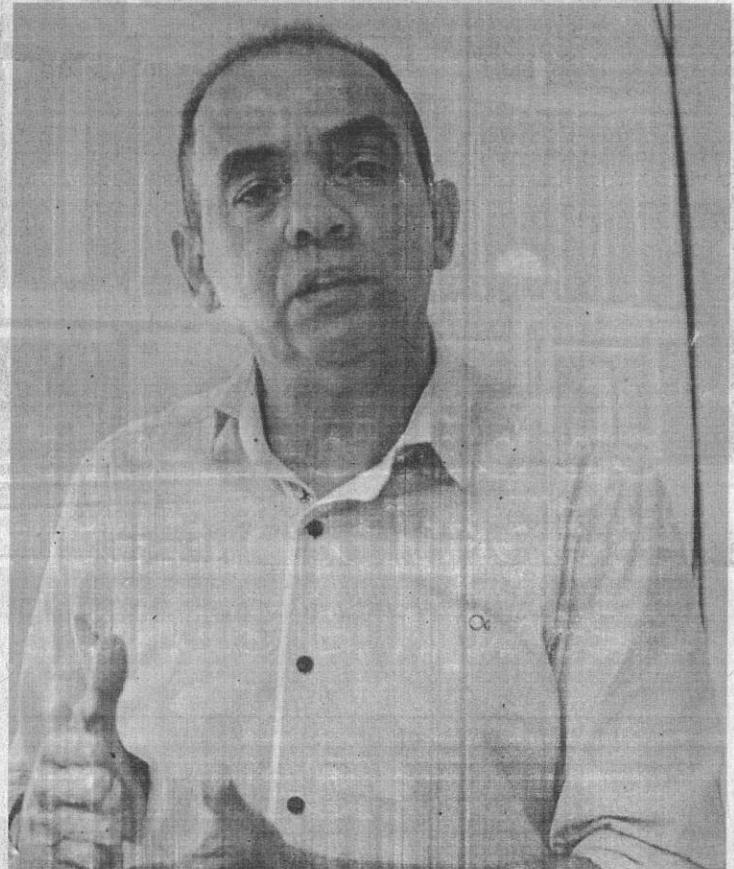
O governador Flávio Dino, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra), cancelou licitações dessa pasta, na modalidade "RDC - Ata de Registro de Preços", medida que, segundo o Clube de Engenharia do Maranhão (CEM), abre espaço para favorecer micro, pequenas e médias empresas do setor da construção civil do Maranhão. Pelos editais cancelados, os valores de licitações ARDC e outros eram de, aproximadamente, de R\$ 400 milhões para obras de manutenções e reformas prediais, em prédios e logradouros públicos, em todo Maranhão. As obras foram agrupadas em 20 lotes, com valor em torno de R\$ 20 milhões cada, abrangendo aproximadamente 12 municípios cada lote, de maneira que apenas 20 empresas seriam contratadas ao final da licitação, ficando de fora centenas de outras. Com novos editais há possibilidade de serem apenas cinco municípios por lote, no valor

total Máximo de R\$ 5 milhões, o que abre espaço para a atuação de empresas de menor porte.

O presidente do Clube de Engenharia do Maranhão (CEM), Emanuel Miguez, entregou, na semana passada, ao governador Flávio Dino, uma carta dos engenheiros do Maranhão fazendo essa solicitação. Ele afirma que medidas em favor de micro, pequenas e médias empresas de construção civil favorecem a economia do Maranhão, abrindo espaço para o fortalecimento do empresariado local e aumentando a possibilidade de oferta de mais empregos no estado.

"Com essa decisão, o governador Flávio Dino amplia a atuação empresarial no Maranhão, estabelecendo uma nova e promissora fase à construção civil". Para Miguez, além das empresas de menor porte, vários profissionais serão beneficiados com a decisão, como engenheiros e os

Divulgação



Presidente do Clube de Engenharia do Maranhão, Emanuel Miguez



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia  <input type="checkbox"/> Outros
DATA 15/06/07 / 2017	Página 02	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Ministério Público lança Prêmio de Jornalismo

Com o objetivo de estimular a produção jornalística e o debate sobre a transformação social, o MP lançou o 1º Prêmio MP/MA de Jornalismo. O tema do concurso é "A importância da atuação do MP para a sociedade".

Em visita a O Estado, o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, falou da importância do debate social para a transformação e disse que o prêmio é uma forma de incentivar o debate levando informações à sociedade.

Os interessados podem inscrever trabalhos veiculados de 15 de maio a 31 de outubro de 2017, nas categorias jornalismo impresso, telejornalismo, rádiojornalismo e webjornalismo. A participação é aberta aos profissionais de comunicação com registro profissional. As inscrições serão encerradas no dia 30 de novembro.

As matérias devem abordar as seguintes áreas de trabalho do Ministério Público: meio ambiente; combate a organizações criminosas; infância, juventude e educação; patrimônio público; cidadania; consumidor; criminal; controle externo da atividade policial; saúde; pessoa com deficiência; idosos; conflitos agrários; habitação e urbanismo; direitos humanos e violência doméstica.

Os três melhores trabalhos de cada categoria serão premiados. O primeiro colocado receberá R\$ 3 mil, o segundo R\$ 2 mil e o terceiro R\$ 1 mil. Além da premiação em dinheiro, os vencedores receberão certificados de participação e troféus. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Bastidores</i>
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>15 / 07 / 2017</i>	Página <i>05</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## 2ª vitória de Dutra

O prefeito de Paço do Lumiar, Domingos Dutra (PCdoB), conseguiu nova vitória contra seus adversários. Desta vez, o juiz eleitoral do TRE-MA, Flávio Roberto Ribeiro considerou improcedente e extinguiu a Ação de Investigação Eleitoral, proposta pelo ex-prefeito Josemar Sobreira. Dutra teria se beneficiado da concessão de títulos de propriedade, dados por Flávio Dino em 2016.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

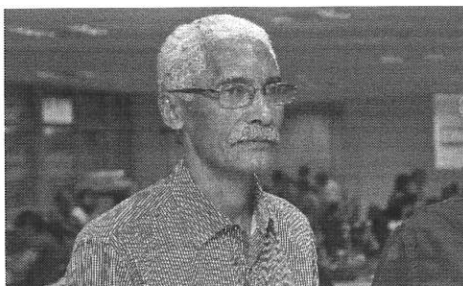
VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	15 / 07 / 2017	Página	05

## JUSTIÇA ..... Cassação de Dutra é "improcedente"

PAULO DE TARSO JR.

A Justiça Eleitoral extinguiu o processo contra o prefeito de Paço do Lumiar, Domingos Dutra (PCdoB), e a vice-prefeita Maria Paula Desterro (SD). O juiz Flávio Roberto Ribeiro Soares julgou improcedente a ação que investigava atos de abuso de poder político e econômico cometidos pelos atuais gestores municipais. Com isso, Dutra e Maria Paula seguem nos seus respectivos cargos.

Segundo a coligação "De novo trabalhando pelo povo", que ajuizou a ação contra o prefeito de Paço do Lumiar, Dutra teria se beneficiado pela entrega de "títulos de terra" feita pelo governo do estado no município. O uso da máquina administrativa em benefício à candidatura de Dutra tornou-se a razão para pedir a cassação



MARCELO GUERINARI

### Juiz eleitoral não vê irregularidades durante campanha de Dutra

do comunista do cargo.

O relatório sobre o caso explica "que para configurar abuso de poder político deveria ter ocorrido manifesto desvio de finalidade e/ou comprometimento da disputa eleitoral e da legitimidade do pleito". Por fim, expõe que "não é possível afe-

rir qualquer indício de que o governador Flávio Dino tenha realizado entrega de títulos de terra em Paço do Lumiar em manifesto desvio de finalidade, beneficiando o representado e consequentemente contrariando o interesse público e em desacordo com as normas legais".

O juiz Flávio Roberto Ribeiro Soares considera a ausência de citação de uma das partes que constam do processo, no caso o governador Flávio Dino. O magistrado descarta a possibilidade de emendar a petição inicial para realizar a citação, em função da perda do prazo.

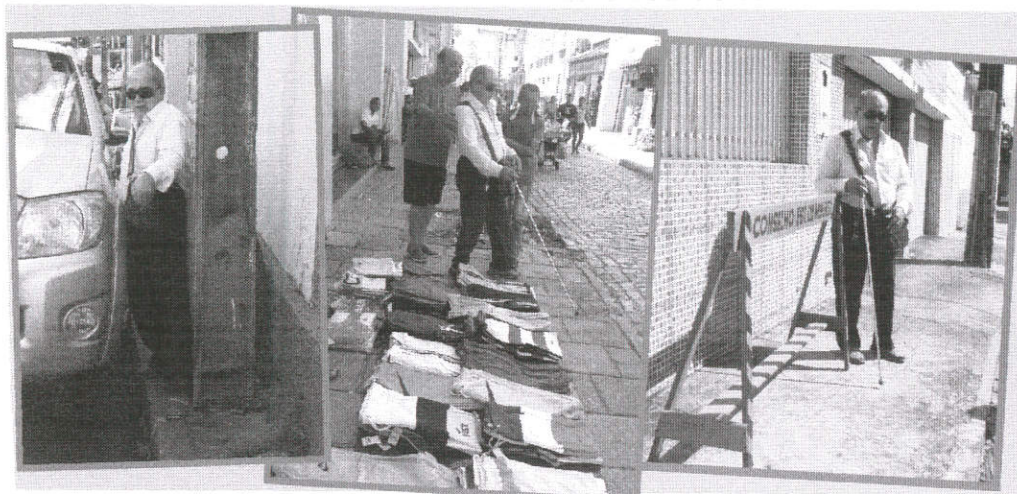
"Pelos fundamentos suso delineados, acolho a Questão de Ordem arguida pelos representantes, no sentido de reconhecer a ausência de citação do litisconsorte passivo necessário, bem como a impossibilidade de emendar a petição inicial, em razão da decadência, ao tempo em que julgo improcedente a AIJE (ação de investigação judicial eleitoral) e extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso II, do novo CPC", diz o juiz eleitoral em seu despacho.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	<i>15 / 07 / 2017</i>	Página	<i>01</i>
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	



FOTOS: HENRIQUE MOREIRA/IMPDA PRESS

## ACESSIBILIDADE

# Caminho com barreiras...

São Luís é pouco adaptada para deficientes visuais. Poder público e a própria população precisam dar mais atenção à comunidade de cegos, que sofre para se locomover pela cidade. **VIDA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO**  
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde		
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias		
( ) Debate	( ) O quarto poder	( ) Outros	
( ) Extra	( ) Internet / Blog		
DATA 15 de 16 07 / 2017	Página 03	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa	

# Licitações de R\$ 400 mi do governo Dino são contestadas pelo CEM

Entidade, em carta aberta ao governador, reclama de lotes que beneficiarão somente 20 empresas e apontam ilegalidades presentes nos editais



Clayton Noleto informou que estão sendo feitas mudanças em planilhas

**CARLA LIMA**  
Subsecretaria de Políticas

O governo estadual vai iniciar reformas e manutenção em prédios e logradouros públicos. Isso custará mais de R\$ 400 milhões e as licitações já foram feitas. Entretanto, os editais dos processos de licitação estão sendo contestados pelo Clube de Engenharia do Maranhão (CEM) porque, pelas regras, beneficiarão cerca de 20 empresas. A entidade pede revisão dos editais, o que até o momento, não foi cogitado pelo governador Flávio Dino (PMDB).

Em carta aberta ao governador Flávio Dino, assinada pelo presidente da entidade, Antônio Manoel Miguez Dias, o CEM contesta os editais de licitação que foram feitos em lotes e cada um destes abrangem 12 municípios para cada empresa. E com isso, somente 20 empresas estão sendo beneficiadas. Pelos argumentos da entidade, pelo menos 40 empresas poderiam ser beneficiadas se os editais fossem modificados.

A licitação do governo prevê, em editais, lotes com investimentos de R\$ 20 milhões cada um. Essa concentração é vista como prejudicial pelo CEM tanto na questão da qualidade como também no desenvolvimento do estado. Há quantidade excessiva de lotes concentrados em poucas empresas em determinados municípios, diz trecho da carta aberta.

Segundo a entidade, quantos mais empresas participarem de editais são benéficas, mais se geram empregos e renda.

Mas o mais grave presente na

carta aberta do CEM enviada ao governador Flávio Dino é sobre ilegalidades presentes nos editais.

Segundo a entidade, as exigências técnicas-operacionais estão em desacordo com a Legislação que exige a exploração de quantidade de serviços, a falta de identificação dos logradouros públicos, imprecisão na identificação dos prédios públicos e preço divergente da mão de obra, que de acordo com a entidade, contraria a concepção da categoria.

## CEM solicita ao governador anulação de editais

"Devemos ressaltar que as exigências técnico-operacionais estão em desacordo com a Legislação sendo exigida quantidades de serviços executados em número acima das necessárias, além de documentos não previstos na legislação e sem comprovação de autorização de sub-empregada, documento esse que afeta a competitividade", alerta o CEM na carta aberta.

### Pedidos

Com as observações feitas pelo Clube de Engenharia, a entidade solicitou a abertura de suspensões dos editais atuais e que sejam liberados novos editais com previsão de lotes com apenas cinco municípios no valor total máximo de R\$ 5 milhões.

Além disso, a entidade pede que as exigências técnicas-operacionais sejam compatíveis com o uso planejado de obras.

## Secretaria diz que canal de diálogo está aberto

Em contato com o Estado, o secretário estadual de Infraestrutura, Clayton Noleto, disse que não há previsão para cancelamento dos editais e que está ocorrendo somente adequações na planilha.

Em nota oficial enviada pela Secretaria Estadual de Comunicação e Atendimento Público

[Seropó], foi explicado que há um canal aberto de diálogo com a categoria e confirmou adequações nas planilhas.

Sobre os critérios para a elaboração dos editais, a nota explica que as características comuns aos municípios determinaram a formação dos lotes que são compostos por 12 municípios cada. •

### NOTA DA SECAP:

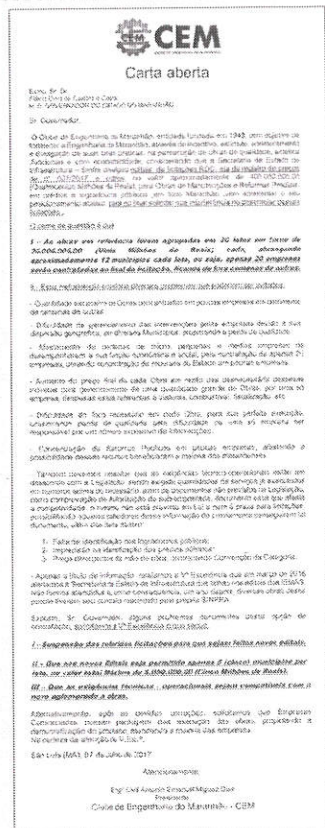
**Sobre os questionamentos ligados ao Clube de Engenharia do Maranhão, a Secretaria de Estado da Infraestrutura (Sinfra) esclarece que:**

1. O Governo do Maranhão tem imenso respeito por tal instituição e por isso, torna aberto e transparente o espaço de diálogo junto a esta parte interessada;

2. Realizará ajustes nas planilhas de preço;

3. Os critérios utilizados dizem respeito às oportunidades destes municípios, cujas características são comuns a todos, além da facilidade no planejamento na administração dos serviços.

### CARTA



## Max Barros defende proposta de entidade

Deputado disse que governo erra ao fazer licitação com tomador de preço para obras de reformas

Quatro pontos desse processo aberto pelo gestor estadual é a licitação feita por tomador de preço, o que não é permitido pela lei 8666/93 para caso de contratos para reformas.

"No meu entendimento e segundo acordo do Tribunal de Contas da União (TCU), tomada de preço não cabe para manutenção que é algo específico, mas não para reforma que exige a apresentação de um projeto para cada obra", afirmou o deputado estadual Max Barros (PRB), que fez a defesa do CEM na Assembleia Legislativa.

O acórdão a que o parlamentar faz referência é o nº 266/2007 do TCU que trata de várias obras e em vários lotes diferentes.

### Mais empresas

Barros explicou ainda que o tipo de obra licitada interessa, geralmente, a empresas de pequeno porte. Porém, a forma como está apresentada, em lotes de R\$ 20 milhões, não atende a essas empresas pequenas, que não possuem capital para atender uma



Barros alerta para acordo do TCU baseado em lei de licitações

grande quantidade de municípios. Na opinião do parlamentar, a alternativa viável seria a divisão destes lotes maiores em lotes menores, com uma quantidade menor de municípios. Nessa perspectiva, o deputado avaliou que mais empresas vão ser atendidas e no mesmo tempo o Governo vai exigir melhor qualidade, porque a responsabilidade já estaria mais próxima do local em que vai ser demandada para fazer o serviço. •



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO**  
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO**

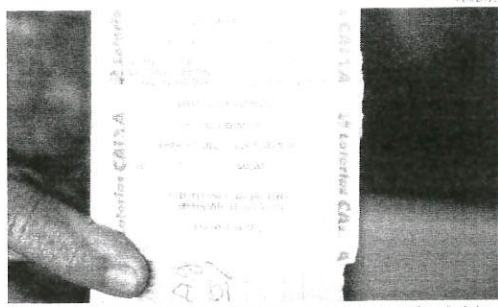
VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 15 e 16 07 / 2017	Página 06	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# “Golpe da Estrada” registra mais vítimas em São Luís

Seis casos ocorridos em dois meses estão sob investigação; idosos são os principais alvos; ladrões se passam por parentes que está com o carro no prego em uma BR, e pedem dinheiro para o conserto, indicando uma conta

ISSUE ARQUIVO  
Foto: Arquivo de Imagens

O golpe do “golpe da estrada” está se tornando cada vez mais comum em São Luís. Os criminosos passam por parentes ou conhecidos, pedindo dinheiro para consertar o veículo que está com o carro no prego em uma BR, e pedem dinheiro para o conserto, indicando uma conta



Recibo do depósito feito pela idosa em nome do golpista, que se passou por seu parente e lhe pediu ajuda

“Eu acabei caindo nesse golpe e tive um prejuízo de R\$ 500,00”

IDOSA  
Vítima do “Golpe da Estrada”

em repênte.

“Eu não confiei, porque eu conheço o meu filho há mais de 30 anos. Eu teria ido ao banco e feito o depósito em nome dele, não em nome de um desconhecido”, afirma a idosa.

Após a segunda vítima, a polícia passou a fazer buscas em domicílios e em estabelecimentos comerciais, mas não conseguiu encontrar mais vítimas.

“Eu acabei caindo nesse golpe e tive um prejuízo de R\$ 500,00”

“Eu não confiei, porque eu conheço o meu filho há mais de 30 anos. Eu teria ido ao banco e feito o depósito em nome dele, não em nome de um desconhecido”, afirma a idosa.

Após a segunda vítima, a polícia passou a fazer buscas em domicílios e em estabelecimentos comerciais, mas não conseguiu encontrar mais vítimas.

Após a segunda vítima, a polícia passou a fazer buscas em domicílios e em estabelecimentos comerciais, mas não conseguiu encontrar mais vítimas.

Vítima descobriu o golpe depois de pagar

Bandidos estão se aperfeiçoando, diz polícia

em repênte.

“Eu não confiei, porque eu conheço o meu filho há mais de 30 anos. Eu teria ido ao banco e feito o depósito em nome dele, não em nome de um desconhecido”, afirma a idosa.

Após a segunda vítima, a polícia passou a fazer buscas em domicílios e em estabelecimentos comerciais, mas não conseguiu encontrar mais vítimas.

SAIBA MAIS

## Operação Cracker

No fim do semestre passado a Polícia Federal cumpriu 21 mandados judiciais, entre prisão preventiva e busca e apreensão em Imperatriz, no Maranhão, e Augustópolis e Praia Norte, no Tocantins, durante a operação Cracker. O objetivo desse trabalho era desarticular um grupo criminoso acusado de aplicar golpes virtuais em clientes de lojas de departamento e que chegou a faturar R\$ 10 mil por semana. Uma pessoa foi presa em Imperatriz. Os criminosos faziam páginas falsas com ofertas de eletroeletrônicos e quando a vítima clicava nesses anúncios, geralmente de grandes lojas de departamento, eram redirecionados a uma página falsa. Em seguida, o criminoso digitava todos os dados da vítima, direcionando o pagamento para o endereço do golpista, mas o comprador nunca chegava ao comprador.

FIQUE SABENDO

## Recomendação para evitar golpe

- Desligue o telefone, mantenha-se calmo, tente ligar para o parente ou conhecido algum familiar.
- Não faça qualquer tipo de depósito ou transferência bancária.
- Não forneça nome completo, número de CPF ou RG.
- Se a pessoa voltar a ligar e insistir, pergunte, por exemplo, o nome da sua tia nomeada ou esposa, se não for verdadeira, certamente a pessoa responderá errado.
- Ligue para a Polícia Militar, para o telefone 190 ou delegacia mais próxima.
- Se for informado que o acidente ocorreu em alguma rodovia, ligue para a Polícia Rodoviária ou administração da rodovia e peça orientação.
- Se tiver condições, compare um telefone com identificação de chamadas e ligue atento sempre que seu telefone tocar.

# Polícia Civil prende mais um envolvido na morte de taxista

Primeiro a ser preso foi o comerciante em Imperatriz, local do crime, Francisco Pereira Costa, 41 anos, conhecido como “Chico Paraíba”, e agora foi o filho dele, flagrado tentando pagar as imagens que se tornaram seu pai

Após a prisão do filho, a polícia passou a fazer buscas em domicílios e em estabelecimentos comerciais, mas não conseguiu encontrar mais vítimas.



Francisco Pereira Costa, preso como mandante do crime

“Eu não confiei, porque eu conheço o meu filho há mais de 30 anos. Eu teria ido ao banco e feito o depósito em nome dele, não em nome de um desconhecido”, afirma a idosa.

Após a segunda vítima, a polícia passou a fazer buscas em domicílios e em estabelecimentos comerciais, mas não conseguiu encontrar mais vítimas.

SAIBA MAIS

## Morte em São Luís

O tenente-coronel Marques Neto, comandante do Batalhão Tiradentes, informou que Mathews Cunha Costa, de 19 anos, foi alvejado durante um confronto com militares, no bairro do Cantinho do Céu, em São Luís, e morreu ao ser atendido no Hospital Municipal Socorro I, no Centro, no fim da tarde de sexta-feira, 14. Em poder do criminoso, a polícia apreendeu uma pistola muniçada. A vítima tinha passagem pela Justiça por homicídio doloso e metem na época que era menor de idade.

SAIBA MAIS

## Assassinato

No dia do crime, a vítima foi abordada em uma rua de São Luís, onde foi alvejado durante um confronto com militares, no bairro do Cantinho do Céu, em São Luís, e morreu ao ser atendido no Hospital Municipal Socorro I, no Centro, no fim da tarde de sexta-feira, 14. Em poder do criminoso, a polícia apreendeu uma pistola muniçada. A vítima tinha passagem pela Justiça por homicídio doloso e metem na época que era menor de idade.

# Bandido, ao fugir da polícia, abandona a filha no telhado

Criança de 3 anos foi encontrada pelos policiais que tentavam prender o criminoso e foi entregue aos conselheiros tutelares da área local (Bacia da

Após a segunda vítima, a polícia passou a fazer buscas em domicílios e em estabelecimentos comerciais, mas não conseguiu encontrar mais vítimas.

Após a segunda vítima, a polícia passou a fazer buscas em domicílios e em estabelecimentos comerciais, mas não conseguiu encontrar mais vítimas.

Após a segunda vítima, a polícia passou a fazer buscas em domicílios e em estabelecimentos comerciais, mas não conseguiu encontrar mais vítimas.

# Dupla é presa com combustível furtado

Franciscon Silva, Justino e Reinaldo Lopes foram tentados a subornar policiais para voltar à prisão

Após a segunda vítima, a polícia passou a fazer buscas em domicílios e em estabelecimentos comerciais, mas não conseguiu encontrar mais vítimas.

Após a segunda vítima, a polícia passou a fazer buscas em domicílios e em estabelecimentos comerciais, mas não conseguiu encontrar mais vítimas.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 15 e 16 / 07 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## 23% da orla está própria para banho

Dado é da Sema, em seu site oficial; somente três praias da ilha têm trechos limpos

Levantamento da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) apontou que apenas 23% de toda a orla de São Luís está própria para banho. De acordo com a pasta e a partir de relatório divulgado em seu site oficial, somente três praias da Grande Ilha (São Marcos, do Meio e Araçagi) possuem trechos com índices de coliformes fecais abaixo da média estipulada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Ainda de acordo com a Sema, dos 21 pontos monitorados, apenas cinco estão próprios para banho. Destes, três são na praia de São Marcos (com cinco pontos monitorados), um na praia do Meio (com três pontos fiscalizados pela pasta ligada ao meio ambiente) e apenas um na praia do Araçagi (com três pontos monitorados no total).

### Impróprios

Outras praias tiveram todos os pontos considerados impróprios pelo poder público, como da Ponta d'Areia (seis pontos monitorados), do Calhau (com três pontos monitorados) e Olho d'Água (dois pon-

### SAIBA MAIS

De acordo com a Sema e com base em regulamentação do Conama, as águas das praias são consideradas próprias quando em 80% ou mais do conjunto de amostras, obtidas em cada uma das cinco semanas anteriores colhidas no mesmo local, houver no máximo 100 enterococos por 100 mililitros de água.

tos inspecionados pela Sema). A ação de monitoramento que checkou a situação dos trechos citados foi feita entre os dias 11 de junho deste ano e nove deste mês.

O percentual de balneabilidade registrado na orla da Ilha no relatório desta semana apresentou evolução discreta, em comparação com o parecer divulgado pelo Governo do Estado no dia 6 deste mês. Na ocasião, dos 21 pontos checkados da orla da Região Metropolitana, apenas quatro estavam liberados para banho. ●



Todos os trechos da Praia da Ponta d'Areia estão impróprios para banho



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	17 / 07 / 2017	Página	07
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Governo ainda não esclareceu as causas de fuga em Pedrinhas

Quase 2 meses depois, 13 continuam foragidos; de acordo com a Seap, que cuida do caso, o inquérito policial foi remetido à Justiça para extensão do prazo: a fuga de 36 presos ocorreu no dia 21 de maio deste ano da UPSL6

Quase dois meses após a fuga em massa de 36 presos registrada no dia 21 de maio deste ano na Unidade Prisional de Ressocialização de São Luís (UPSL6) – antigo Centro de Detenção Provisória (CDP) – em Pedrinhas, o Governo do Maranhão ainda não esclareceu as causas do fato. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão (SSP), o inquérito policial pela apuração do caso foi remetido à Justiça para extensão do prazo de carceres, que expirou desde o mês passado.

Ainda segundo a pasta, por meio de nota, mais de 20 pessoas – incluindo servidores e presos – já foram ouvidas e novas depoimentos deverão ser colhidos nas próximas semanas. Além de esclarecer as circunstâncias do fato, o governo também quer saber se as suspeitas de participação de funcionários que prestam serviços à Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap) na fuga serão confirmadas.

Os indicícios de participação de servidores lotados na Seap no caso foram levantados pelo próprio governo,



Alguns detentos foram recapturados por policiais; fuga ocorreu no dia 21 de maio deste ano da UPSL6

em nota encaminhada a O Estado no dia 26 de maio deste ano. Na ocasião, foi informado que "os nomes dos funcionários seriam expostos apenas para a polícia judiciária para apuração dos fatos".

Fim outra nota, no dia 6 de junho, o governo confirmou que os servidores suspeitos de participação na fuga foram afastados temporariamente, em cumprimento a "um procedimento padrão adotado em qualquer

situação de fuga, seja de individual ou coletiva". Apesar de levantar a possibilidade de existência de servidores no plano de fuga, o governo elucida os procedimentos adotados no sistema carcerário. De acordo com a Seap di-

## SAIBA MAIS

### Nota do Governo do Estado sobre fuga

A Secretaria de Segurança Pública (SSP), por meio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), informa que a investigação sobre suposta participação de servidores em fuga de presos registrada na Unidade Prisional de Ressocialização de São Luís 6 (UPSL6), antigo CDP, no dia 21 de maio deste ano, está em processo de continuidade. Já foram ouvidas mais de 30 pessoas no Inquérito Policial, inclusive servidores e todos os presos recapturados.

Em virtude do prazo de 30 dias se encerrar, o Inquérito Policial foi remetido à Justiça Estadual solicitando extensão de prazo. A Seic está aguardando o retorno dos Autos para dar continuidade à investigação e concluir o inquérito.

Em relação aos servidores da Unidade, a Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), informa que aguardará o encerramento do processo de investigação para tomar as medidas cabíveis.

mina a prisão, o ambiente de inspeção de celas e pavilhões e feito pelo menos três vezes por dia".

### Fugitivos

De 36 presos que fugiram, pelo me-

nos 13 ainda permanecem foragidos. Segundo o último balanço da Seap divulgado no dia 6 de junho deste ano, do total de fugitivos, seis foram mortos e apenas 17 foram sendo recapturados. ●

## Fim de semana é marcado por acidentes com mortes

De acordo com a polícia, em pelo menos duas ocorrências houve mortes; casos aconteceram em São Luís, Imperatriz e Pinheiro

O fim de semana foi marcado por mortes em acidentes no interior do estado e em São Luís. De acordo com informações da polícia, no fim de semana ocorreram nove mortes nas cidades de Imperatriz e Pinheiro. Em São Luís, de acordo com o Instituto Médico Legal (IML), pelo menos três corpos foram encontrados nas últimas horas vítimas de acidentes de trânsito.

Em Imperatriz, por volta das 20h de sábado (15), Adailson Bezerra da Silva, de 44 anos, foi atropelado enquanto estava em sua bicicleta. De acordo com a Pm, o ciclista passava pela BR-408 no km 626, quando um veículo foi nas proximidades da entrada da Vila Cláudio, o acidente. Após a colisão, o corpo do ciclista ainda foi arrastado por cerca de 200



Destruição da bicicleta que era conduzida por Adailson Bezerra

metros antes de ser abandonado. Até o fechamento desta edição, a identificação do condutor do veículo Go'áinda não havia sido revelada. A polícia investiga o caso. A Pm confirmou ainda que a vítima

era casada e pai de cinco filhos. Em Pinheiro, de acordo com informações do 10º Batalhão da Pm, uma mulher identificada como Maria Nilda Ribeiro foi atropelada no bairro da madrugada de ontem (16), por um condutor que es-

tava em um veículo Corsa, de cor preta e placa não revelada. Ainda de acordo com a polícia, o autor seria Benilson Melo dos Reis. Ele está internado em uma unidade hospitalar em Pinheiro e deverá ser apresentado para a polícia assim que receber alta.

### Acidentes na capital

Segundo o IML, um jovem identificado como Raul Eduardo Santos Diniz, de 23 anos, morreu devido a um acidente de trânsito. O relatório do IML não informou as circunstâncias do fato. De acordo com o Instituto, o corpo foi encaminhado do Socorro D no início da manhã de sábado (15). No mesmo dia, deu entrada o corpo de João Batista Lima Filho, de 23 anos, também vítima de acidente de trânsito. O corpo também foi encaminhado do Hospital Socorro D.

Por fim, deu entrada na madrugada de ontem (16), o corpo de Genilson Mabeiro, de idade não revelada. De acordo com o IML, o acidente aconteceu na BR-135, na altura de Maranhão. ●

## Homem é detido por venda de óleo

De acordo com Plantão da Cidade Operária, acusado revendeu o produto, que foi roubado

Um homem identificado como Edilson Pereira dos Santos, de idade não revelada, foi detido sábado (15), após ser flagrado revendendo óleo diesel de forma ilegal. De acordo com a polícia, a venda aconteceu na boate horta de acusada, localizada no km 22 da BR-135.

Durante o período, a polícia apreendeu o combustível em aproximadamente 20 galões. Segundo as investigações, o diesel era repassado para caminhoneiros que, aparentemente, desconheciam a procedência do combustível.

Após prestar depoimento, o homem possui o valor de R\$ 1 mil e foi liberado. Ele deverá responder pelo caso em liberdade. A ocorrência foi registrada no Plantão da Cidade Operária.

A polícia apura ainda de onde o

diesel foi roubado. A principal suspeita é que o combustível tenha sido retirado dos trens das linhas férreas que atravessam as comunidades localizadas no entorno da BR-135, na saída de São Luís.

### Preso

Uma mulher foi presa ontem (16) após ser flagrada tentando entrar no antigo Centro de Detenção Provisória (CDP) no Campinho de Pedrinhas, com um aparelho celular na bagagem. De acordo com a polícia, ela foi identificada como Ana Regina Moraes Serra, de idade não revelada. Em depoimento, a mulher informou que o marido – que está preso no CDP – e o filho não são filiados – mas sabe que ela tentava entrar com um celular. Ela foi encaminhada ainda ontem para o Campinho Penitenciário, em Pedrinhas. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
( ) Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> Imparcial	( ) A tarde		
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias		
( ) Debate	( ) O quarto poder	( ) Outros	
( ) Extra	( ) Internet / Blog		
DATA 17 / 07 / 2017	Página 04	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa	

# Crimes virtuais

Cento e quarenta e oito crimes já foram registrados só este ano no Departamento de Combate a Crimes Tecnológicos em São Luís

ESAU ARAUJO

O uso da internet já não é mais uma novidade no cotidiano das pessoas. Simultaneamente como benefício desse serviço, surgiram os crimes virtuais, porém, departamentos na capital maranhense trabalham diariamente contra as práticas desses crimes. Dentre as causas para o avanço de tais delitos, destacam-se o desenvolvimento tecnológico de novos computadores e o uso tomando novas formas a cada dia. Recentemente, o fotógrafo Honorio Moreira foi uma das vítimas dos crimes virtuais.

Nos dias atuais, a internet se tornou indispensável para grande parte da população mundial. Na rede mundial, é possível pesquisar, estudar, namorar e até trabalhar. Mas, infelizmente, alguns criminosos têm utilizado esse avanço para realizar práticas delituosas com o intuito de obter, para si, vantagem em proveito de outros internautas. A intenção do criminoso pode ser de lucrar com uma pessoa para obter uma vantagem financeira ou pessoal, enganar suas vítimas ou mesmo obter informações particulares com o intuito de utilizá-las em proveito próprio.

Uma dessas vítimas foi o fotógrafo Honorio Moreira. Na última terça-feira (11), o fotógrafo realizou a venda de uma máquina fotográfica através da rede de venda OLX. Segundo ele, após o envio da máquina pelo Sedex 12, o seu cliente enviou comprovante de pagamento da máquina e, só após quase 24 horas, que o fotógrafo percebeu que teria sido mais uma vítima de crimes virtuais.

"Na segunda-feira, fechei negócio com um homem que se identificou como Thomas de Oliveira Lucena. Então, após negócio fechado eu fui enviar a máquina pelo Sedex. No momento, confesso que me senti inseguro com meu, então, cancelei e esperei ele fazer a transferência que

disse que faria naquele momento. Porém, depois, na noite da segunda, ele viu que não entei a máquina, então, começou aquela desconfiança. Depois de um novo acordo, eu resolvi renovar o equipamento nas primeiras horas da terça-feira (11). Em menos de cinco minutos, ele mandou o comprovante do que seria o pagamento. Porém, 24 horas se passaram e o dinheiro não caiu na conta e logo ele me bloqueou do WhatsApp. Ligando para a agência do banco, o gerente me informou que esse não é o primeiro caso que acontece, que de fato a conta existe, mas em nome de outro titular. Então, prestei o boletim de ocorrência", relatou Honorio Moreira.

O caso ocorreu com Honorio seguiu em investigação no Departamento de Combate a Crimes Tecnológicos, sob o comando do delegado Odilardo Muniz. Segundo o delegado, mais de 148 casos de crimes virtuais já foram registrados em São Luís só este ano. "Boa parte dos crimes que envolvem roubo virtual são cometidos entre a plataforma de vendas OLX e pelo aplicativo 'WhatsApp'", explicou.

O delegado ainda afirma que, com exceção dos casos de roubo de cartões e homossexuais. "Fora os roubos virtuais, 90% dos casos são cometidos contra mulheres e homossexuais, normalmente causados por um tipo de vingança por parte dos companheiros. Orienta por pessoas que tiveram acesso às fotos íntimas da vítima e tentam extorquir algum bem pelo sigilo daquela imagem. O homem normalmente é ameaçado, quando ainda não tem a sua sexualidade exposta e alguma foto ou vídeo íntimo circula nas redes sociais ou sofrem ameaças de que isso seja exposto de alguma forma. Para isso, estamos trabalhando diariamente para combater qualquer prática criminosa nas redes virtuais", disse.

Boa parte dos crimes que envolvem roubo virtual, são cometidos entre a plataforma de vendas OLX e pelo aplicativo WhatsApp

Odilardo Muniz, delegado



**OS CRIMES QUE COSTUMAM SER PRATICADOS NAS REDES SOCIAIS, SEGUNDO DELEGADO ODILARDO MUNIZ:**

**Calúnia:** Inventar histórias falsas sobre alguém.

**Insultos:** Falar mal ou mesmo insultar uma pessoa.

**Difamação:** Assobiar, uma pessoa a um acontecimento que possa denegrir sua imagem.

**Divulgação de material confidencial:** Revelar segredos de terceiros, sem como materiais íntimos, como fotos e documentos.

**Ato obsceno:** Disponibilizar algum ato que tenha caráter obsceno.

**Apologia ao crime:** Obranhamadores que ajudam a burlar normas ou mesmo que divulguem atos já realizados.

**Perfil falso:** Criar uma falsa identidade nas redes sociais.

**Preconceito ou discriminação:** Fazer comentários nas redes, sociais, fóruns, chats, e-mails, e outros, de forma negativa sobre religião, etnia, raças, etc.

**Pedofília:** Troca de informações e imagens de crianças ou adolescentes.

**Extorsão:** Conseguir algum bem de uma pessoa em troca da não divulgação de sua imagem.

## NO BRASIL

O Brasil ocupa lugar de destaque no cenário global de crimes virtuais. Em 2016, 42,4 milhões de brasileiros foram vítimas de crimes virtuais. Em comparação com 2015, houve um aumento de 10% no número de ataques virtuais. Segundo dados do Norton, provedora global de soluções de segurança cibernética, o Brasil é o país da América Latina com o maior número de ataques virtuais. Segundo o mesmo relatório, o Brasil é o país com o maior número de ataques virtuais.

**42,4 MILHÕES**

de brasileiros foram vítimas de crimes virtuais em 2016

**2012**

O Brasil acompanhou um dos casos mais emblemáticos de crimes cibernéticos cometidos no país

**LEI Nº 12.737**

apeliada de Lei Carolina Dieckmann, tipifica delitos cometidos em meios eletrônicos e na internet





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	17 / 07 / 2017	Página	02
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## OPERAÇÃO

### Integrante do Bonde dos 40 foi preso por policiais civis

ESAU ARAÚJO

Um Operação da Polícia Civil, por intermédio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), resultou na prisão em flagrante delito, por tráfico de drogas e organização criminosa, de Walef Vedeleyves Campelo, de 23 anos, mais conhecido como "Nike". Ele também é suspeito de ser um dos principais integrantes da facção criminosa Bonde dos 40, da área do bairro João de Deus.

O conduzido possui três mandados de prisão preventiva em aberto, pela prática dos crimes de homicídio, tráfico de drogas e roubo, além de ser investigado pelo uso de identidade falsa, em razão de utilizar-se de outros nomes.

Walef foi preso em sua residência, localizada na Vila Socó, bairro João de Deus. Em sua casa, foram encontradas 199 porções de maconha, 160 porções pequenas da mesma droga e duas pedras grandes de crack, além de 26 "cabeças" de cocaína e uma balança de precisão.

#### Investigações e encaminhamento para Pedrinhas

A prisão foi possível após o trabalho de dois meses de investigações realizadas pelo departamento de combate ao crime organizado da Seic. Após análise técnico-jurídica dos fatos, realizada pela autoridade policial, o líder de facção foi autuado em flagrante delito por tráfico de drogas e por organização criminosa, além de ter sido dado cumprimento aos três mandados de prisão expedidos em seu desfavor. Após as formalidades legais, Nike foi encaminhado ao Sistema Penitenciário Estadual (Complexo de Pedrinhas), onde permanecerá à disposição do Poder Judiciário.

## FLAGRA

### Homem com mandado de prisão é pego em revista

Policiais militares do 6º Batalhão capturaram uma pessoa com mandado de prisão em aberto na Vila Riód, nas proximidades da Cidade Operária. De acordo com informações policiais, durante patrulhamento de rotina, foi avistada uma pessoa em atitude suspeita, sendo de imediato feita abordagem, mas nada foi encontrado.

Porém, após consulta via Centro Integrado de

Operações Policiais (Ciops), constatou-se que Magayanis Lira Rodrigues possuía um mandado de prisão expedido pela 4ª Vara Criminal de São Luís, em razão de sentença judicial.

Magayanis foi apresentado no plantão da Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop) para os procedimentos necessários, sendo em seguida recolhido para a penitenciária estadual.

## TRÁFICO

### Detido homem com 13kg de maconha na Vila Apaco

O serviço de inteligência do 6º Batalhão de Polícia Militar, em ação de combate ao tráfico de entorpecentes, prendeu um homem suspeito de comercializar entorpecentes na região da Vila Apaco.

Thalysson Serra Barros, mais conhecido como "Crau", de 26 anos, movimentava uma grande quantidade de maconha, que seria redistribuída para abastecer outras bocas de fumo na região.

Com as informações em mãos, a PM solicitou apoio de outras viaturas do 6º BPM para abordagem no endereço Rua da Felicidade, na Apaco. Desta forma, fez-se o cerco e, em seguida, a entrada na casa de Crau.

O suspeito ainda tentou escapar subindo em uma laje, porém, foi contido pelos policiais.

Durante buscas no interior da residência, foram encontrados 13 quilos de maconha,



de maconha em uma embalagem de saco de ração

que estavam acondicionados em uma embalagem de saco de ração, uma faca usada para cortar a droga e uma balança industrial digital usada para pesar o entorpecente.

Thalysson foi apresentado na Superintendência da Senac, sendo autuado em flagrante por tráfico de Drogas.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Noticias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	17 / 07 / 2017	Página	12

# Morre comerciante baleado em São Luís durante assalto a loja de compra de ouro

G. Ferreira

O comerciante Arioston Barbosa Magalhães, baleado na cabeça, em São Luís, no fim da tarde do dia 4 de julho passado, faleceu ontem (16) no Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão 1). O crime aconteceu no início da Rua Afonso Pena, no Centro Histórico. Ariston, que era casado e tinha 51 anos de idade, estava em sua loja, onde comprava, vendia e consertava peças de ouro, quando foi abordado por dois criminosos, mas teria reagido ao assalto, segundo informações da polícia.

No dia do crime, homens do 9º Batalhão de Polícia Militar (BPM) informaram que o comerciante estava sozinho na loja, no momento em que dois homens entraram no estabelecimento e anunciaram o assalto. Arioston teria reagido e travado uma luta corporal com um dos criminosos, que portava uma pistola, tendo a arma caído ao chão. O comparsa, então, recolheu a pistola e acertou a cabeça da vítima. Os criminosos saíram do local em uma motocicleta e teriam



No dia do crime, populares se aglomeraram na porta da loja, na qual o comerciante foi baleado por assaltantes

levado joias e uma quantia em dinheiro. Enquanto isso, Arioston, que perdeu muito sangue no estabelecimento comercial, foi colocado em um carro e levado por seu filho ao Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão 1). Desde então, seu estado de saúde era considerado grave. Muitos

curiosos se aglomeraram em frente ao estabelecimento do comerciante, que era bastante conhecido na região. Militares do 9º Batalhão e também da Companhia de Policiamento Independente de Turismo (Cptur) fizeram rondas em todo o Centro Histórico, a fim de localizar os bandidos,

mas não tiveram sucesso nas buscas. Há informações de que os suspeitos já estavam fazendo "monitoramentos" na ouriversaria há alguns dias e apenas aguardavam o momento certo para agir, ou seja, quando o comerciante estivesse sozinho, pois ele sempre fica acompanhado de sua mulher.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	17/07/2017	Página	2
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Acusado de matar fiscal da Sefaz vai a júri popular nesta segunda-feira

NELSON MELO

Será julgado, nesta segunda-feira (17), no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, em São Luís, Jack Douglas Vieira Matos, o "Baiano", em uma sessão do Júri Popular. Ele é acusado pelo assassinato de José de Jesus Gomes Saraiva, de 66 anos, o "Saraiva", que era fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), no dia 19 de novembro de 2014, por conta de uma carga de arroz oriunda de Santa Catarina. De acordo com a Assessoria de Comunicação do Fórum Desembargador Sarney Costa, o responsável pelo julgamento será a 2ª Vara do Tribunal do Júri. A sessão deverá começar por volta das 8h30, com a oitiva de testemunhas e do réu, para que os jurados decidam, ao fim, durante votação, se ele será condenado ou absolvido do processo, conforme discursos dos advogados de defesa e dos promotores.

## PRISÃO DE "BAIANO"

Convém lembrar que "Baiano" foi preso no dia 27 de outubro de 2016, na cidade de Paulo Afonso, na Bahia, como resultado da apreensão, pela então Delegacia de Homicídios (hoje Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), de uma carga de arroz de 39 toneladas, no depósito

Pinheiro Comércio e Alimentos Ltda, no bairro da Cidade Operária, na capital maranhense. Esta carga, segundo apontaram as investigações, era monitorada pelo fiscal da Sefaz e havia desaparecido de um caminhão que a transportava. O produto foi localizado depois do depoimento de Alexandre Rodrigues de Matos, que era sócio de Jack Douglas e afirmou ao delegado Guilherme de Sousa Filho, que investigou o caso, que "Baiano" tinha matado "Saraiva" e ainda precisava de um local para que a carga fosse guardada. O denunciante, à época, contou na Delegacia de Homicídios que Jack ligou para ele, relatando que havia assassinado o fiscal, na Vila Maracujá, zona rural de São Luís. Alexandre, então, segundo confessou, providenciou dois caminhões, para que os sacos de arroz fossem transportados até o depósito na Cidade Operária, considerado uma empresa fantasma, pois não recolhia os impostos cobrados, o que teria motivado a morte de José Gomes, caracterizando, também, além do assassinato, crime tributário.

## A MORTE DE SARAIVA

Investigando uma carga de arroz vinda de Santa Catarina, sem o pagamento devido de tributos à Receita Estadual, José Gomes aguardou a passagem do caminhão



Jack Douglas é acusado de ter assassinado o fiscal da Receita, José Saraiva

na BR-135, seguindo o veículo. No entanto, no percurso, uma pessoa, que iria mostrar ao fiscal o endereço onde a carga seria descarregada e que estava ao lado do motorista do caminhão, entrou no carro da vítima e a conduziu ao suposto local. Era, na verdade, uma emboscada. "Saraiva" foi levado à Vila Maracujá, na região do Maracanã, em uma área repleta de vegetação e sem saída. Lá, naquele ponto, uma caminhonete apareceu "do nada" e interceptou o veículo guiado por José, que recebeu vários tiros desse homem. Depois, o que havia entrado no automóvel da vítima saiu e entregou alguns papéis ao

comparsa. Eram as notas fiscais "frias" da carga de arroz, avaliada, como divulgaram na época, em R\$ 100 mil. Alguns dias após este assassinato, a Delegacia de Homicídios prendeu Elionai Silva Costa, por sua participação no crime. Este homem teria sido aquela pessoa que entrou no carro da vítima, levando-a rumo à emboscada. O assassinato de "Saraiva" rendeu uma nota de pesar e repúdio da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), que lamentou o ocorrido e cobrou providências da Secretaria de Segurança Pública com relação à investigação e prisão dos envolvidos.

Divulgação



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	15 / 07 / 2017	Página	02

## Durante perseguição policial traficante deixa a filha em telhado e foge com drogas

Em um caso considerado inédito na região metropolitana de São Luís, um suspeito por tráfico de nome Mailson de Jesus Santos, de 22 anos, durante um cerco policial, deixou a própria filha, de 5, em cima de um telhado frágil de Brasilit, na Vila Isabel, eixo Itaqui-Bacanga, em São Luís. O criminoso fugiu levando consigo uma quantidade indeterminada de drogas, na manhã dessa sexta-feira (14).

Foi revelado pelo delegado Walter Wanderley, titular do 5º Distrito Policial (DP), Anjo da Guarda, que, por volta das 11h30, a equipe do Grupo de Serviço Avançado (GSA) do 1º Batalhão de Polícia Militar (BPM) se deslocou à Rua Vinícius de Moraes, na Vila Isabel, para averiguar denúncias de tráfico de drogas no local. Lá,

os policiais abordaram Rogério Silva Viegas, o "Rogerinho", que já tinha sido preso por tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo.

Com ele, nada de ilícito foi encontrado, mas, quando ainda o revistavam, os militares ouviram um barulho na quitinete ao lado, no segundo andar. Quando seguiram ao ponto, verificaram uma criança chorando em cima de um telhado e seu pai, Mailson, cunhado de "Rogerinho", estava fugindo ao pular tetos de várias casas de foram desenfreada. O suspeito, conforme o delegado, escapou levando, provavelmente, entorpecentes, mas abandonou a própria filha, que poderia cair se o telhado desabasse.

A menina, disse Wanderley, foi apresentada na delegacia,



Reprodução

Mailson de Jesus fugiu com drogas e abandonou a própria filha em cima de telhado

sendo entregue aos cuidados do conselheiro tutelar João Costa. A polícia procura, agora, Mailson de Jesus, que está portando tornozeleira eletrônica por ter sido preso por tráfico de drogas e responde ao processo em liberdade. (Nelson Melo)



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 15 / 07 / 2017	Página 12		

# Delegado Tiago Filippini é investigado por coagir comerciantes em Açailândia

Ele e mais quatro pessoas foram presas, no mês passado, por corrupção e organização criminosa

NELSON MELO

Surgiram novas denúncias contra o delegado Tiago Filippini, preso juntamente com mais quatro pessoas no dia 28 de junho deste ano na cidade de Açailândia, onde era titular do 1º Distrito Policial (DP), por corrupção e organização criminosa. Conforme investigação da Polícia Civil, ele também teria coagido açougueiros, comerciantes e vaqueiros do município, para que estes comprassem carne somente de um frigorífico da região.

Essas novas denúncias teriam sido encaminhadas ao conhecimento das autoridades por meio da Secretária do Meio Ambiente de Açailândia, que levou o caso à 9ª Delegacia Regional da cidade, onde foi aberto um inquérito acerca do relatado. Os comerciantes, açougueiros e vaqueiros alegam que compravam carne de apenas um frigorífico sob ameaça do delegado Tiago, que teria feito até escolta particular com carros da Polícia Civil nas datas em que ocorria a matança dos bovinos.

À polícia, foi dito por um açougueiro da cidade que Filippini, inclusive, exigia notas fiscais das mercadorias quando fazia fiscalizações no mercado



Delegado Thiago Filippini passou a ser investigado também por coação a açougueiros de Açailândia

municipal, sendo que aqueles que não seguiam as regras estabelecidas pelo delegado tinham suas mercadorias “confiscadas”. Esse procedimento gerava prejuízo aos comerciantes, que pagavam mais caro por conta das despesas onerosas. Essas denúncias, segundo a promotora de Justiça Camila Gaspar, podem complicar ainda mais a situação do investigado, com risco de dificultar até mesmo a revogação de sua prisão

preventiva. Ainda conforme a promotora, o Ministério Público está pedindo a reabertura do 1º DP, que permanece fechado com a prisão do delegado, do investigador Gláuber Santos da Costa; da escrivã Sílvia Helena Alves; do carcereiro Mauricélio Costa Silva, e do advogado Eric Nascimento, todos com prisão preventiva decretada em audiência de custódia realizada no dia 4 deste mês, no Fórum Desembargador Sarney Costa.

Divulgação

## O CASO

No dia 28 de junho, foram detidos o delegado Thiago, que foi nomeado em pouco tempo para ingressar na Polícia Civil; a escrivã Sílvia Helena Alves; investigador Gláuber Santos da Costa; o carcereiro Mauricélio Costa Silva, e o advogado Eric Nascimento, após diversas denúncias repassadas ao Ministério Público. Segundo explicado na época pelo delegado-geral Lawrence Melo, o grupo foi localizado a partir de uma determinação da Vara de Combate ao Crime Organizado.

No lugar de proceder como orienta a legalidade, seguindo os padrões éticos e profissionais, eles agiam no sentido de beneficiar criminosos que eram levados ao 1º DP para serem interrogados e posteriormente autuados. O delegado Thiago e os demais negociavam valores com os suspeitos, para que escapassem da lavratura de um auto de prisão. O delegado-geral contou que o advogado fazia parte do esquema somente para “maquiar” uma defesa do criminoso, mas ele também recebia o dinheiro, que era dividido para todos da organização.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
DATA 15 / 06 / 2017	Página 12		

## Dois homens são presos por sequestrar mulher de empresário em Arari

Divulgação



Dupla de sequestradores presa em Santa Inês, após libertar mulher de empresário

Foram presos, na noite de quinta-feira (13), José de Aquino Lopes da Silva, de 31 anos, e José Renan da Silva e Silva, 28, em um matagal, na cidade maranhense de Santa Inês. Eles

tinham sequestrado a mulher do empresário Jorge Martins, que é conhecido na região como "Jorge do Eliezer", na tarde do mesmo dia, no município de Arari. O marido dela havia pagado R\$ 73

mil para que fosse liberada. A Polícia Militar comunicou que os bandidos atacaram o empresário em um veículo Hilux, na cidade de Arari, nas proximidades de uma agência do Banco Bradesco, no momento em que ele fazia caminhada. Depois, partiram para o município de Vitória do Mearim, vizinho àquele, onde, no caminho, sequestraram a sua esposa. Desse modo, liberaram Jorge, mas levaram a mulher para um local desconhecido, de onde entraram em contato e pediram uma quantia alta de dinheiro para entregá-la de volta à família. Com o dinheiro entregue aos criminosos, no valor de R\$ 73 mil, a mulher do empresário foi liberada à noite, enquanto policiais do 7º Batalhão de Polícia Militar (BPM) fizeram diligências e encontraram os envolvidos no sequestro em Santa Inês. Dois revólveres foram recolhidos em uma área extensa de mato, assim como a Hilux, que estava abandonada. Sobre os presos, foi dito que José de Aquino é natural de Serra Talhada, em Pernambuco, e José Renan é natural da própria cidade em que foi capturado. (NM)